

O CONCEITO DE MENTIRA SEGUNDO KANT

Karine Cristine de Souza Barboza

Universidade Federal do Paraná, Brasil

orcid.org/0009-0007-0406-9792

Joel Thiago Klein

Universidade Federal do Paraná, Brasil

orcid.org/0000-0003-2665-9113

RESUMO: O presente artigo examina a definição de mentira na obra de Kant, a partir de critérios que podem ser denominados de condição de declaração, condição de destinatário, condição de inveracidade e condição de intencionalidade. Para tanto, distingue-se entre meras expressões e declarações, bem como entre inveracidade, falsidade e falsificação. Acerca da declaração, destaca-se que o mentiroso não ignora ou desconhece a implicação de proferimento, mas que ativamente se utiliza dessa implicação feita pelo ouvinte. Apesar dessa implicação não ser necessária para o sucesso da mentira, Kant estabelece uma relação direta entre a implicação de proferimento e declaração de honestidade, de modo que o locutor deve observar o dever de veracidade. Essa declaração de honestidade não só pode ser declarada diretamente, como também é exigida explicitamente no contexto ético e jurídico. Além disso, defende-se a centralidade da condição de intencionalidade na definição de mentira por Kant, de modo que somente a partir da intenção é possível diferenciar a mentira do erro e de inveracidades não enganosas, tal como a ficção e a ironia. Define-se, assim, a mentira como uma forma de simulação caracterizada pela dissimulação da real intenção. Defendemos, além disso, que a mentira apresenta dois níveis de inveracidade, a saber, quanto ao pensamento e quanto a intenção. O primeiro trata da mentira sobre o valor de verdade da asserção, enquanto o segundo trata da mentira sobre o valor de verdade da crença declarada.

PALAVRAS-CHAVE: Mentira. Implicação de proferimento. Dever de veracidade. Intencionalidade. Imoralidade.

THE CONCEPT OF LIES ACCORDING TO KANT

ABSTRACT: The present article aims to examine the definition of lying in Kant's work, in order to develop the declaration condition, the addressee condition, the intentionality condition and the untruthfulness condition. To this end, a distinction is made between mere expressions and declarations, as well as between untruthfulness, falsehood, and falsification. Regarding the declaration, it is emphasized that the liar does not ignore or misunderstand the utterance implication but actively uses this implication made by the listener. Although this implication is not necessary for the success of the lie, Kant establishes a direct relationship between the utterance implication and the declaration of honesty, such that the speaker must observe the

duty of truthfulness. This declaration of honesty can not only be stated directly but is also explicitly required in both ethical and legal contexts. Furthermore, the centrality of the intentionality condition in Kant's definition of lying is defended, in such a way that only through intention is it possible to differentiate a lie from error and from non-deceptive untruths, such as fiction and irony. Thus, lying is defined as a form of simulation characterized by the dissimulation of the speaker's real intention. Additionally, it is argued that lying involves two levels of untruthfulness: namely, regarding thought and regarding intention. The first concerns the lie about the truth value of the assertion, while the second concerns the lie about the truth value of the declared belief.

KEYWORDS: Lie. Utterance implication. Duty of truthfulness. Intentionality. Immorality.

INTRODUÇÃO

Na *Doutrina da Virtude* Kant define a mentira como “[...] a comunicação das suas ideias a alguém por meio de palavras que contêm (intencionalmente) o contrário do que pensa aquele que fala” (MS, AA 06: 430 | Kant, 2017, pp. 358-359).¹ Essa primeira parte da definição da mentira destaca a inveracidade da declaração, isto é, trata-se da expressão *intencional* do contrário daquilo que se pensa.² A segunda parte, no entanto, envolve um sentido mais forte de intenção: “[...] é uma renúncia à sua personalidade e uma aparência meramente enganadora do homem, não o homem em si mesmo” (Ibidem). A primeira parte indica que a mentira é intencional porque envolve a escolha deliberada de expressar o oposto do que se pensa³. Já na segunda parte, Kant estende a intencionalidade, representando a intenção de que a comunicação seja percebida como congruente ao pensamento do falante. Em outras palavras, Kant desenvolve a intencionalidade da mentira para incluir a intenção de enganar.

Na introdução da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (GMS), Kant apresenta o problema da mentira na filosofia prática a partir do mandamento “não deves mentir” (GMS, AA04: 389 | Kant, 2007, p. 15), a partir do qual ele demonstra a necessidade de princípios *a priori* para a moral. Já no ensaio *sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade* (VRML), publicado no mesmo ano que a *Metafísica dos Costumes* (MS, 1797), Kant recusa um

¹ Todas as obras de Kant são citadas segundo as normas da *Akademie Ausgabe* (AA) (Kant, 1990), seguida pela citação da tradução correspondente conforme a NBR 10520/2023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2023). Assim como a primeira parte das citações, as siglas das obras de Kant também seguem a *Akademie Ausgabe* (AA).

² No original: “[...] die doch das Gegenteil von dem (absichtlich) enthalten, was der Sprechende dabei denkt [...]” (MS, AA06: 429). Nessa passagem, o termo *absichtlich* (intencionalmente) refere-se tão somente à comunicação do contrário do que se pensa, não diretamente à intenção da mentira.

³ Ela não é, portanto, um mal-entendido ou um equívoco em expressar os próprios pensamentos.

direito de mentir, sob a reafirmação da necessidade dos princípios *a priori* para a moral e para a política. Contra a crítica de Constant, ele argumenta que a mentira nunca poderá ser legitimada moralmente, “[...] porque tais exceções aniquilam a universalidade em virtude da qual apenas merecem o nome de princípios” (VRML, AA08: 430 | Kant, 2008, p. 194).⁴

Apesar da bem conhecida posição de Kant acerca da ilegitimidade moral da mentira em sua polêmica disputa contra Constant, pouco se analisa em pormenor a sua definição de mentira. Este artigo pretende preencher essa lacuna. Cabe notar que foge do escopo do presente trabalho o desenvolvimento das distinções da mentira externa e da mentira interna, bem como os desdobramentos das condições para a mentira no contexto ético e no contexto jurídico. Interessa-nos, antes, investigar as condições para a mentira em geral. Para tanto, apresentam-se na primeira seção as quatro condições para a definição de mentira em geral na obra de Kant, a saber: (i) a condição de declaração, (ii) a condição do destinatário, (iii) a condição de inveracidade e a (iv) a condição da intenção de enganar.⁵ A segunda seção, por sua vez, examina a performance mentirosa, explorando a relação entre o mentiroso e o ouvinte: de um lado, a declaração e a implicação de proferimento; de outro, o modo como a mentira rompe com o propósito da comunicação. Por fim, a terceira seção aborda as quatro condições para a definição de mentira com base na intencionalidade, de modo diferenciarmos a mentira de outras formas não enganosas ou com intenção de enganar, abordando o que está declarado e oculto na mentira.

1 – AS QUATRO CONDIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DE MENTIRA

Nesta seção, tratamos das quatro condições para a definição de mentira em Kant. A partir da condição de declaração, analisamos a especificidade dos casos de “silêncios mentirosos”, bem como a definição de mentira como declaração. Por sua vez, examinamos, pela condição do destinatário, se Kant considera a possibilidade de mentir para alguém com quem não se está comunicando diretamente, mas que ouve nossa mentira (tendo o mentiroso consciência ou não de que está sendo ouvido por outras pessoas). A partir disso, investiga-se a condição de inveracidade mediante a distinção, por um lado, de veracidade e inveracidade e,

⁴ Para uma análise do debate específico entre Constant e Kant, e uma possível solução intermédia, ver Klein (2018).

⁵ Orientamo-nos conforme as condições para a definição de mentira na literatura em geral, tratada por Mahon (2015), adaptando essas condições para a especificidade do conceito de mentira em Kant. Mahon (2003, pp. 103-113; 2009, p. 103) faz o mesmo. Ele oferece contribuições significativas para a compreensão do conceito de mentira na filosofia de Kant. Entretanto, uma análise detalhada sobre a relação entre mentira e engano foge do escopo de seus artigos.

por outro, de verdade e falsidade, de modo a compreender a relação entre inveracidade e falsidade na definição da mentira, bem como a relação entre falsificação e mentira. Por conseguinte, examina-se a condição de inveracidade e a condição da intenção de enganar, a fim de pesquisar a relação entre o erro, a simulação e a mentira. E, por fim, de modo a sintetizar a análise de todas as condições para a mentira, desenvolvemos a distinção entre simulação e dissimulação e, a partir disso, examinamos se o conceito de mentira apresentado por Kant indica que toda mentira é uma mentira por comissão, ou se há casos de omissões mentirosas.

1.1 – Condição de Declaração

A condição de declaração, presente na definição da mentira de Kant, estabelece que a mentira é “a desonestidade na expressão efetiva dos nossos pensamentos” (*Br*, AA11: 332 | Kant, 1970, p. 188, tradução nossa). Cabe notar que a declaração não se restringe somente à comunicação pelo pronunciamento ou escrita de palavras que contém o contrário do que se pensa.⁶ Como nota Chisholm e Feehan (1977, pp. 149-150) e Mahon (2015, p. 3), também em Kant a declaração pode se dar por gestos, sinais e outras formas de comunicação não verbais (*V-Mo/Collins*, AA27: 447 | Kant, 1997, p. 202). Acerca disso, Mahon delimita que

Se for considerado que uma pessoa não está fazendo uma declaração quando, por exemplo, ela usa uma aliança de casamento quando não é casada, ou usa um uniforme da polícia quando não é policial, segue-se que ela não pode estar mentindo ao fazer essas coisas (Mahon, 2015, p. 3, tradução nossa).

De modo sucinto, portanto, a condição de declaração exige apenas que se expresse algo, isto é, define-se que não é possível mentir sem comunicar nada. Sobre isso, mesmo o silêncio pode significar algo. Para tanto, o silêncio precisa ser “um sinal previamente acordado com outros que seja equivalente a fazer uma declaração” (Fried, 1978, p. 57, tradução nossa). O caso em que um palestrante, por exemplo, pergunta se alguém tem alguma dúvida ou objeção, exemplifica facilmente um caso em que o silêncio declara algo.

O primeiro ponto relevante da condição de declaração é que ela impede que se possa mentir sem declarar nada. Isto é, a condição de declaração impede que uma não-ação possa ser

⁶ Esse é um ponto problemático da tradução portuguesa da definição de mentira no §9: “[...] comunicação das suas ideias a alguém por meio de *palavras* [...]” (*MS*, AA06: 429 | Kant, 2017, pp. 358-359, grifo nosso). Kant não delimita explicitamente a comunicação à palavra escrita ou falada. No original, Kant se refere à comunicação em geral, não apenas à comunicação verbal. O termo *mittheilung* é traduzido como “comunicação” ou “transmissão”, o que implica uma comunicação mais ampla do que simplesmente expressar pensamentos por meio de palavras.

mentirosa. É importante notar, além disso, que Kant considera a declaração como uma expressão que autoriza o ouvinte a acreditar que o que se diz é o que se pensa (Wood, 2008, p. 240). Isto é, tanto juridicamente quanto eticamente, Kant apresenta o termo declaração (*Aussage*, *Deklaration* e *declaratio*) como expressões do próprio pensamento:

Se um homem anuncia que pretende divulgar suas opiniões, ele deve conscientemente divulgá-las de fato ou guardar algo para si mesmo? Se ele disser que pretende dizer o que pensa, mas não o fizer e, em vez disso, fizer uma declaração falsa, isso é um *falsiloquium* ou uma inverdade. O *falsiloquium* pode ocorrer, mesmo que o outro não possa presumir que eu vá expor meus pontos de vista (*V-Mo/Collins*, AA27: 446 | Kant, 1997, p. 202, tradução nossa).

Nessa passagem, Kant nota que se pode mentir sem que o ouvinte implique que o outro está declarando a própria crença. Nesses casos, o ouvinte ainda pode ser enganado, mesmo que sua crença na informação falsa não esteja sustentada em uma implicação de que o outro que a declara crê nessa informação. No entanto, Kant afirma que as declarações pressupõem que se declare apenas o que se pensa. Dessa forma, a declaração exige a observância da implicação de proferimento feita pelo ouvinte, conforme a qual este interpreta que tudo o que o outro declara é conforme o que ele pensa – desenvolvemos esse ponto na próxima seção. Conforme Kant,

O homem como ser moral (*homo noumenon*) não pode usar a si próprio enquanto ser físico (*homo phaenomenon*) como um simples meio (uma máquina de falar) que não estivesse ligado ao fim interno (à comunicação do pensamento), mas está, pelo contrário, sujeito à condição de concordar com a declaração (*declaratio*) do primeiro e tem para consigo próprio a obrigação de veracidade (*MS*, AA06: 430 | Kant, 2017, p. 359-360).

O conceito de declaração será central principalmente para a legalidade, de modo que se pode coagir qualquer pessoa por uma declaração mentirosa, pois o contexto jurídico não apenas pressupõe, mas ativamente exige que tudo que se expresse esteja em conformidade com o que se pensa. A relevância do exame de uma declaração de honestidade, introduzida especialmente no contexto jurídico, não reside na necessidade desta para caracterizar a mentira, uma vez que é possível mentir sem que o ouvinte considere a crença do declarante. No entanto, sua relevância está principalmente associada à possibilidade de coação jurídica sobre o mentiroso. Ademais, para especificar e diferenciar a mentira da ironia, de piada ou ficção, precisamos identificar quais as demais condições que especificam as declarações mentirosas.

1. 2 – Condição de Destinatário

Relacionada à condição de declaração, a condição do destinatário especifica que a mentira envolve comunicar algo *a alguém*. Isto é, só é possível mentir para uma pessoa ou para coisas que podem ser confundidas com pessoas.⁷ Adicionalmente, ao considerar a condição do destinatário, podemos questionar como a definição de mentira de Kant se aplica quando a mentira não é direcionada explicitamente a alguém. Se minto para uma pessoa e, inadvertidamente, um terceiro ouve e acredita no que eu disse, eu menti apenas para o interlocutor original ou também para o terceiro que escutou?

Antes de responder a essa questão, devemos considerar que a definição de mentira de Kant permite mentiras direcionadas a um público vasto. Além disso, como definido anteriormente, também posso me utilizar de outros meios que não a fala para mentir, tal como cartas, revistas, comerciais de televisão, gestos, etc. (cf. Mahon, 2015, p. 8). Kant descreve um desses casos na *V-Mo/Collins*:

Se um homem publica uma notícia falsa, ele não faz mal a ninguém em particular, mas ofende a humanidade, pois se isso se tornasse comum, o anseio humano por conhecimento seria prejudicado. Além da especulação, tenho apenas duas maneiras de ampliar meu conhecimento: pela experiência e pelo testemunho. No entanto, como não posso experimentar tudo sozinho, se os relatos dos outros fossem relatos falsos, o desejo por conhecimento não poderia ser satisfeito. Um *mendacium* é, portanto, um *falsiloquium in praejudicium humanitatis* [uma fala falsa em prejuízo da humanidade], mesmo quando não viola nenhum direito específico de outra pessoa (AA27: 448 | Kant, 1997, pp. 203-204, tradução nossa).

Quando Kant especifica que essa notícia “ofende a humanidade”, ele enfatiza que mesmo que ninguém acredite na notícia e, desse modo, ninguém seja prejudicado individualmente por ela, ainda há um dano à humanidade em geral. É evidente que a disseminação de notícias falsas pode se originar tanto de um simples equívoco por parte do autor, mas ela também pode decorrer de uma intenção deliberada de enganar. Conforme Wood, “[...] este ponto parece especialmente pertinente se o verdadeiro alvo for a mentira num contexto político, em que estadistas ou políticos fazem declarações falsas ao público” (2008, p. 248, tradução nossa). Kant indica que o autor da notícia falsa pode ser responsabilizado pelas consequências de sua falsidade, mesmo que o mentiroso não estivesse direcionando sua

⁷ Discute-se a possibilidade de mentir para bonecos ou inteligências artificiais. Cf. Navarro (2014).

inveracidade a alguém em particular. A partir da próxima condição para a definição de mentira, poderemos distinguir, por um lado, a falsidade da notícia e, por outro, a inveracidade da mentira. Posto isso, surge uma controvérsia sobre se o mentiroso é responsável pelos impactos de uma mentira ouvida por alguém que não era o destinatário intencionado, ou seja, um terceiro que escuta a mentira destinada a outra pessoa. Acerca disso, Kant afirma que o mentiroso é responsável por todos os danos que possam advir de sua mentira, de modo que, mesmo que não tenha tido a intenção de enganar especificamente um terceiro, ele ainda pode ser responsabilizado juridicamente (*MS*, AA06: 431 | Kant, 2017, p. 362).

A situação pode se tornar ainda mais complexa. Posso, por exemplo, estar sendo irônico na conversa com o destinatário original e uma terceira pessoa, desconhecendo esse contexto, pode entender minha declaração como uma afirmação literal, aceitando-a como veracidade. Por um lado, Kant indica que, por não haver uma declaração de honestidade, poder-se-ia responsabilizar somente o ouvinte pelo engano,⁸ de modo que os danos decorrentes do engano recairiam sobre o ouvinte incauto. É nesse sentido que Kant afirma que não se deve ouvir a conversa ou ler as cartas de outras pessoas (cf. *V-Mo/Collins*, AA27: 451 | Kant, 1997, p. 206).

1.3 – Condição de Inveracidade

Por sua vez, cabe notar que a definição de mentira apresentada por Kant (*MS*, AA06: 430 | Kant, 2017, pp. 358-359) admite como critério apenas a condição de inveracidade, mas não a condição de falsidade. Como explica Mahon (2015, p. 5), a condição de inveracidade exige que o mentiroso declare algo que ele acredite ser falso. Já a condição de falsidade requer mais do que isso, a saber, ela exige que a crença do mentiroso de que sua declaração é contrária à realidade deve ser apoiada factualmente. Ela precisa ser, de fato, falsa.

Portanto, quanto à distinção da falsidade da notícia e da inveracidade do mentiroso, uma notícia falsa pode também ser uma notícia mentirosa. Isto é, ela pode comunicar algo que é, de fato, falso, assim como ela pode ser mentirosa, precisamente porque o autor da notícia sabia da falsidade desta.

Desse modo, a definição de mentira por Kant admite casos em que declarações verdadeiras constituem uma mentira,⁹ mas não declarações verídicas. Mesmo que se diga algo que é verdadeiro sob a crença de que é falso, isto é, com intenção de enganar, a realidade da

⁸ Poder-se-ia responsabilizar a pessoa pela imprudência da sua ironia, mas não por uma declaração mentirosa.

⁹ E foi precisamente esse o caso de Ibbieta no conto *O Muro* (Sartre, 2015, p. 24).

minha declaração não me isenta da acusação por uma mentira, visto que eu disse o verdadeiro sob a crença de que estava declarando o falso.¹⁰

Por sua vez, a mentira definida por Kant exclui toda declaração verídica que se descubra falsa: declarar o que se acredita verdadeiro quando é falso não constitui uma mentira, mas um erro. Enquanto a veracidade e a inveracidade são definidas conforme a coerência entre a declaração e a crença, a verdade e a falsidade são definidas em referência à declaração e à cognição. Como explica Kant:

Que aquilo que alguém diz a si mesmo ou a outro seja verdadeiro: isso ninguém pode sempre garantir (pois se pode errar). Mas pode-se e deve-se sustentar que sua confissão e declaração seja sincera: pois a esse respeito se pode ser imediatamente consciente. No primeiro caso compara-se em um juízo lógico (através do entendimento) sua afirmação com o objeto; mas no segundo caso, confessa-se o seu assentimento com o sujeito (frente à consciência). Ao se fazer uma confissão na perspectiva do primeiro caso, sem que se esteja consciente do último, então se mente, pois se simula algo distinto daquilo de que se é consciente (*MpVT*, AA08: 267-268 | Kant, 2015, p. 172).

A partir dessa distinção, examina-se a possibilidade de declarar uma mentira não somente sobre o valor de p , mas também sobre a crença do proferidor no que ele próprio declara. Por exemplo, no caso em que acredito que uma proposição p não é nem verdadeira, nem falsa, mas minto declarando uma crença de que p é verdadeira. E, em outro caso, acredito que p é falsa e minto declarando que p é verdadeira. Nos dois casos minto sobre p , entretanto, no primeiro caso, minto também sobre ter ou não uma crença em p : trata-se da distinção entre mentir sobre ter uma crença e mentir sobre o objeto da crença. Essas distinções são relevantes principalmente para a compreensão de modos de propagação de notícias falsas, como abordado anteriormente (*V-Mo/Collins*, AA27: 448 | Kant, 1997, p. 203).

A mentira abrange, portanto, a falsidade e a inveracidade: falsidade quanto a declaração de uma crença do mentiroso (M) (afirma uma crença que não tem, quando simplesmente não tem crença nenhuma sobre p ou quando tem a crença oposta da que declara¹¹) e inveracidade quanto ao valor de verdade que M atribui à proposição p , isto é, quanto à coerência entre o que se pensa e o que se declara. Importante retomar que, como dito anteriormente, mesmo que M

¹⁰ Importante notar que, nesse caso, a verdade declarada sob a crença oposta pode decorrer de um erro ou de uma mentira interna.

¹¹ Desse modo, há dois casos distintos da minha crença em p , em relação ao que pode vir a ser objeto do meu conhecimento: (a) não ter uma crença sobre p difere dos casos em que (b) p não é nem verdadeira, nem falsa. Em (a) posso considerar que p é objeto de conhecimento, mas que ainda não o conheço. Já em (b) devo admitir que p não é objeto de conhecimento.

acabe declarando o verdadeiro sobre p , por acreditar que declara o que é falso, a declaração de M tipifica uma mentira pela condição de inveracidade.

De modo sucinto, a mentira declara a intenção de M que o ouvinte (O) acredite no valor de verdade que M afirma para p , assim como a mentira pode declarar a intenção de M de que O acredite que M tem uma crença sobre p . Nesse último caso, a declaração mentirosa tem a intenção de que o ouvinte acredite que o próprio mentiroso acredita no que ele mesmo declara. No primeiro caso, a declaração tem somente a intenção de que o ouvinte acredite na declaração mentirosa. Mas esses dois momentos nos servem apenas para compreender melhor as dinâmicas presentes na mentira, e não necessariamente para definir formas distintas de mentir, visto que as duas podem ocorrer simultaneamente (e esse parece ser o caso mais comum).

Uma declaração mentirosa sobre uma crença reúne em si a falsidade da declaração de uma crença (declaro uma crença que não é factual, não corresponde à realidade da minha consciência) e, precisamente por isso, minha declaração se torna também inverídica, pois declaro o que não penso. Assim, se toda mentira envolve uma inveracidade, ela envolve, também, uma falsidade: não necessariamente em relação ao valor de verdade de p , mas em relação à conformidade do meu pensamento e à crença que declaro.

Assim como a mentira, a falsificação é a expressão deliberada do contrário do que se pensa, sob a pretensão de que o ouvinte acredite que se está expressando o que se pensa. Entretanto, como distingue Kant, “nem toda inverdade é uma mentira [...]” (*V-Mo/Collins*, AA 27: 448 | Kant, 1997, p. 203, tradução nossa). O *mendacium* (mentira) é um tipo de falsificação que lesa um dever de veracidade para consigo e para com os outros. Embora este artigo não tenha como objetivo principal explorar essa questão, é importante destacar que o cerne da imoralidade da mentira, sob uma perspectiva ética, está na auto-oposição entre a liberdade individual e a ação moral, o que resulta em uma vontade racionalmente incoerente. A moralidade exige que, enquanto seres racionais e livres, os agentes morais ajam de acordo com suas próprias representações, o que constitui sua personalidade e dignidade. Kant argumenta que a veracidade, tanto na autoconsciência quanto nas relações com os outros, é a única prova de respeito à humanidade em si mesmo e nos demais (*Anth*, AA07: 295 | Kant, 2006, p. 191).

A distinção entre verdade e inveracidade é importante para enfatizarmos que a mentira não depende da verdade ou falsidade de p , mas da conformidade entre a crença em p e a declaração de p . Por sua vez, a relação entre falsificação e inveracidade é que essa última não tem necessariamente a intenção de enganar, enquanto a falsificação sempre tem a intenção de

enganar. Por conseguinte, a mentira é uma das formas de falsificação, pois tal como toda falsificação, a mentira é sempre a expressão intencional do contrário do que se pensa, sob a pretensão de que o ouvinte acredite no que é falso. Diferentemente da mentira, no entanto, a falsificação nem sempre viola um direito, podendo ser permissível em alguns casos. Por exemplo, quando falsificamos uma crença que é completamente irrelevante para o ouvinte e quando não há uma exigência explícita de que tudo que se declara seja conforme o que se pensa, tal como na mentira. Ou seja, a falsificação só pode ser permissível quando: (i) o contexto suspende explicitamente a implicação de proferimento; (ii) o contexto é ambíguo, de modo que não há uma exigência explícita de que tudo que se declara seja o que se acredita, bem como essa expressão não prejudica ninguém e, por fim (iii) no contexto jurídico, em que não há a aceitação de uma promessa, de modo que a pretensão do mentiroso se limita a uma falsificação, pois não consegue prejudicar o direito de outrem. Acerca disso, Wood explica que as mentiras

[...] referem-se a afirmações que ocorrem num contexto em que os outros estão garantidos ou autorizados (*befugt*) a confiar na veracidade do que é dito, e tornam o orador responsável por direito, e, portanto, tipicamente sujeito a sanções penais ou danos civis, se o que é dito for conscientemente falso (Wood, 2008, p. 241, tradução nossa).

Importante notar que, apesar da semelhança entre os termos, a falsidade trata do valor de verdade de p , isto é, se p é ou não tal como se crê, em que p pode ser ou não uma declaração direta sobre a própria crença em p . A falsificação, distintamente, refere-se especificamente sobre a declaração de uma crença. Podemos elucidar essa distinção entre falsidade e falsificação por um exemplo banal. Por exemplo, se alguém afirma “eu acredito que a Terra é plana”. A falsidade refere-se ao valor de verdade dessa proposição, de modo que a falsidade está relacionada ao valor de verdade da afirmação sobre o formato da Terra. Nesse exemplo, o valor de verdade é falso, já que sabemos que a Terra não é plana. Por outro lado, a falsificação é mais específica e está relacionada à declaração de uma crença. No exemplo dado, se o declarante não acredita genuinamente que a Terra é plana, há uma falsificação. Isso ocorre porque a declaração da crença não corresponde à verdadeira convicção do proferidor, ou seja, não reflete o que o declarante realmente pensa sobre o formato da Terra. Nesse exemplo específico, há uma coincidência entre a falsidade e a falsificação: o valor de verdade da declaração sobre p é falso, assim como o valor de verdade da declaração sobre a crença em p também é falso. Mas essa coincidência entre falsidade e falsificação nem sempre ocorre, pois alguém pode dizer o falso

sem ter a intenção de enganar, ou a pessoa tem a intenção de enganar pela inveracidade, mas acaba por declarar o verdadeiro. Exemplifiquemos com o caso contrário: se alguém afirma “eu acredito que a Terra é um geóide”, quando a pessoa não acredita, realmente, que a Terra é geóide. A proposição p , sobre o formato da Terra, é verdadeira, mas a declaração da crença é falsa e, portanto, é uma falsificação. De modo sucinto, a falsificação sempre trata de uma crença ou intenção, enquanto a falsidade não trata necessariamente de uma crença ou intenção.

1.4 – Condição de intencionalidade

A distinção entre verdade e veracidade orienta à resposta de Kant a Constant no *VRML* (AA08 | Kant, 2008), bem como elucida a definição de mentira por Kant a partir da condição da intenção de enganar. Mas qual é a intenção de toda mentira? Certamente enganar por meio da falsidade, visto que a falsidade ou a inveracidade sem a intenção de enganar não constituem uma mentira. No primeiro caso, o erro constitui uma falsidade não mentirosa, enquanto as formas de ficção são declarações inverídicas, mas não mentirosas. Na ironia e na ficção, um enunciado p , acreditado como falso, é apresentado como verdadeiro, com a intenção de levar o ouvinte a considerá-lo falso. A diferença crucial em relação à mentira é que, nesta última, o mesmo enunciado p , acreditado como falso, é apresentado como verdadeiro, com a intenção de persuadir o ouvinte a aceitá-lo como verdade. Isto é, a ironia e a ficção indicam que a mera condição de inveracidade não é suficiente para constituir uma mentira. Posso, por meio da ironia¹², declarar o exato oposto do que acredito ser verdadeiro, mantendo, no entanto, a veracidade como referencial: na ironia, utilizo a inveracidade para *ênfatizar* o absurdo, inconveniência ou desconforto do que considero verdadeiro. Enquanto na mentira utilizo a inveracidade para *esconder* o que considero verdadeiro.

Faz-se necessário, portanto, adicionar à condição de inveracidade também a condição de intencionalidade, isto é, o objetivo para o qual intento contra a verdade. Assim, a condição de intencionalidade exige que se pretenda *enganar* pela inveracidade. Desse modo, podemos definir a mentira como: uma mentira de M para O é uma declaração de que p feita por M, tal que M *acredita* que p seja falsa e tal que M tem a *intenção* de que O creia que p é verdadeira. Em outras palavras: um sujeito M mente sobre p para O se e somente se, de um enunciado p que M acredita ser falso, M apresenta p como verdadeiro, com a *intenção* de que o ouvinte O

¹² Sobre a relação entre mentira e ironia, cf. Weinrich (1966).

tome p como verdadeiro. Alternativamente, uma mentira de M para O é uma declaração de que p feita por M , tal que M acredita que p seja verdade e tal que M tem a intenção de que O creia que p é falsa. Em outras palavras: um sujeito M mente sobre p para O se e somente se, de um enunciado p que M acredita ser verdadeiro, M apresenta p como falso, com a intenção de que o ouvinte O tome p como falso. De modo sucinto, uma mentira é quando M tem a intenção de enganar o ouvinte O , declarando para O o valor de verdade contrário ao que M atribui a p .

2 – MENTIRA E IMPLICAÇÃO DE PROFERIMENTO

Dretske (1969, pp. 35-36) elucida duas formas de implicação em um enunciado: implicação de verdade e implicação de proferimento. A implicação de verdade se refere à verdade factual da declaração, enquanto a implicação de proferimento está relacionada ao que é expresso ao proferir a declaração em situações normais de comunicação. Essa distinção ajuda a explicar a incompatibilidade presente no Paradoxo de Moore, onde afirmações como “chove, mas não creio que chove” são aparentemente contraditórias. A afirmação “chove” implica que há precipitação. No entanto, essa afirmação não implica necessariamente que quem a profere acredite que chove. A implicação de proferimento de Dretske ajuda a explicar o Paradoxo de Moore ao esclarecer o que está em jogo na relação entre a fala e a crença do falante. Em uma frase mooreana como a supracitada, há uma quebra da implicação de proferimento: quem fala normalmente comunica (ou parece comunicar) a crença de que a frase é verdadeira. Ou seja, em um contexto típico de comunicação, espera-se que o falante acredite naquilo que afirma. Isso torna a afirmação paradoxal: o conteúdo não é logicamente contraditório, mas o ato de proferir algo que se nega acreditar quebra a norma implícita de sinceridade que a comunicação assume. Essa quebra de expectativa é o que torna a frase estranha, embora não seja, tecnicamente, uma contradição lógica.

As frases mooreanas se relacionam com a definição de mentira por Kant. Ele reconhece que é possível enganar alguém com uma mentira mesmo que o ouvinte não considere a crença do falante na declaração. Em outras palavras, posso acreditar no que é afirmado, mesmo sem confiar em quem afirma. No entanto, Kant sustenta que a comunicação deve contribuir para o conhecimento humano. Ela deve se orientar por um companheirismo que, na *Doutrina da Virtude*, é desenvolvido pelo dever de veracidade. Kant indica que sem essa exigência de veracidade não se poderia garantir a comunicação como uma forma de construção do

conhecimento mútuo, orientada por uma relação de confiança entre os interlocutores (*V-Mo/Collins*, AA27: 445 | Kant, 1997, p. 201). De outro modo, apesar de, como tratado pelo paradoxo de Moore, não haver uma inconsistência lógica em frases mooreanas, o dever de veracidade postulado por Kant impõe a comunicação o dever de se comprometer com o que se diz, pois, em situações normais de comunicação, há uma implicação de proferimento feita pelo ouvinte, conforme a qual comunicar-se implica um vínculo entre o ato de afirmar e a crença naquilo que se afirma, de modo que a comunicação sempre deve incluir uma declaração de honestidade.¹³ Caso contrário, toda comunicação perderia a veracidade como pressuposto e, não se orientando pela veracidade, o ouvinte não teria, portanto, razões para confiar que o interlocutor acredita no que ele mesmo diz. Desse modo, Kant afirma que a comunicação perderia seu propósito porque as pessoas não estariam comprometidas com o que dizem. Ele estabelece, assim, que ninguém obteria qualquer benefício do que o outro tem a dizer (*Ibidem*). Importante notar, sobre isso, que as declarações seriam tomadas como inverídicas, mas não necessariamente como falsas: o ouvinte poderia acreditar na informação, sem se basear na crença do próprio mentiroso que fez o enunciado. O ponto ressaltado por Kant, no entanto, é que a comunicação deve desenvolver um companheirismo entre os humanos, de modo que um contribua para o conhecimento do outro — Kant condena as notícias falsas precisamente porque ela rompe com esse fim da comunicação (*V-Mo/Collins*, AA27: 448 | Kant, 1997, p. 203).

Em suma, se a comunicação não implicar veracidade, ela ainda pode contribuir com a expressão de ideias, mesmo que quem as profere não esteja comprometido com a verdade destas. Nesse caso, no entanto, reduziríamos a comunicação a uma espécie de enciclopédia de ideias com as quais nem mesmo os proponentes se comprometeriam. Além disso, não exigir a observância da implicação de proferimento acabaria por permitir que se expressasse ideias absurdas, sem haver coação sobre os danos que elas possam causar. E, desse modo, não se poderia exigir a seriedade necessária em contextos jurídicos. A implicação de proferimento não é apenas importante para o sucesso da mentira, mas, como Kant destaca, representa um comprometimento necessário com as declarações no uso público da razão (*WA*, AA08: 37 | Kant, 2008, p. 12).

¹³ Kant afirma que as mentiras são problemáticas não *apenas* por sua desonestidade, mas porque sua eficácia e aceitação dependem de um contexto geral de honestidade (*GMS*, AA04: 402 | Kant, 2007, pp. 34-35).

Kant condena o mentiroso precisamente porque ele se utiliza da implicação de proferimento de forma desonesta, utilizando dessa implicação para convencer o ouvinte sobre uma informação que ele acredita ser falsa (*V-Mo/Collins*, AA27: 445 | Kant, 1997, p. 201). Kant estabelece, contudo, que existem situações em que a implicação de proferimento não está presente, seja pela ausência de declaração de intenção ou pela evidência de que a expressão deve ser interpretada como ficção. Desse modo, Kant apresenta duas situações limites para exemplificar e diferenciar a mentira de outras formas de engano:

[...] se eu fizer minhas malas, por exemplo, as pessoas pensarão que estou viajando, e é nisso que quero que acreditem; mas elas não têm o direito de exigir de mim nenhuma declaração de vontade. Foi isso que o famoso John Law fez; ele continuou construindo e, quando todos estavam pensando: ‘Ele nunca vai embora’, ele foi embora (*V-Mo/Collins*, AA 27: 447 | Kant, 1997, p. 202, tradução nossa).

A primeira situação, o exemplo das malas, corresponde a “[...] uma viagem fingida, para descobrir e impedir um crime” (*V-MS/Vigil*, AA27: 700 | Kant, 1997, p. 462, tradução nossa), enquanto a segunda é o caso no qual John Law, cuja empresa de investimentos faliu, usou a construção da casa para enganar seus credores e assim poder fugir do país (Mahon, 2009, p. 204).

Apesar de podermos considerar ambos os casos como expressões por gestos e sinais, Kant recusa a tipificação de ambos os casos como declarações mentirosas.¹⁴ Como dito por Kant, as pessoas “[...] não têm o direito de exigir de mim nenhuma declaração de vontade”, pois não se declarou a intenção de expressar os próprios pensamentos (*V-Mo/Collins*, AA27: 447 | Kant, 1997, p. 202, tradução nossa). Isto é, conjuntamente à condição de declaração, exige-se para a mentira que a declaração mentirosa tenha sido expressa em um contexto de seriedade, isto é, em situações que exigem que se expresse as verdadeiras crenças e intenções. Kant estabelece que, do contrário, posso expressar inveracidade sem que isso constitua uma mentira. Ele ilustra esses casos do seguinte modo:

É possível impor-se a uma pessoa sem realmente dizer nada a ela. Posso fingir e expressar algo, a partir do qual o outro pode deduzir o que quero que ele faça; mas ele não tem o direito de deduzir de meu pronunciamento uma declaração de intenção e, nesse caso, eu não lhe disse nenhuma mentira, pois nunca declarei que estava abrindo minha mente para ele (*V-Mo/Collins*, AA27: 447 | Kant, 1997, p. 202, tradução nossa).

¹⁴ Segundo Kant, John Law poderia ser condenado em um tribunal por calote, mas a essa condenação não poderia ser somado a de ter dito uma mentira.

Nesta passagem, Kant estabelece que para imputar responsabilidade ao mentiroso é necessário que a mentira seja antecedida por um comprometimento com a veracidade das declarações, isto é, com uma declaração de honestidade.¹⁵ Note-se que não se trata de qualquer declaração: trata-se da declaração de que se está observando a coerência entre o que se pensa e o que se comunica, isto é, de que se está observando a implicação de proferimento. Desse modo, declara-se que se está disposto a comunicar os próprios pensamentos, com a intenção de que o ouvinte nos compreenda dessa forma. A declaração de uma mentira implica, nos contextos jurídicos e éticos, uma declaração da intenção de que o outro tome por verdadeiro um enunciado que simulo assentir. Isso difere, por exemplo, da ironia. Nesta, declaro a intenção de que o ouvinte tome por *falso* um enunciado que simulo assentir.

O ponto que Kant ressalta é que só se pode acusar alguém de uma mentira se a pessoa de fato se utilizou da implicação de proferimento, cuja observância era exigida por um contexto, ou quando o próprio mentiroso declarou que seria honesto. Isto é, Kant estabelece que a acusação de mentira não pode ser aplicada indiscriminadamente a qualquer gesto ou expressão, pois há casos em que não há qualquer declaração.

Embora o ouvinte possa levar minha expressão como a declaração do meu pensamento, mesmo que eu não a tenha declarado como tal,¹⁶ para Kant, a mentira só ocorre quando há a intenção de enganar e o mentiroso não cumpriu a exigência da observância da implicação de proferimento. Conforme Kant, “[...] nem toda a inverdade é uma mentira; só o é se houver uma declaração expressa da minha vontade de informar o outro do meu pensamento” (*V-Mo/Collins*, AA27: 448 | Kant, 1997, p. 2003, tradução nossa). Se não declarei minha intenção de expressar meu pensamento e o contexto não era ambíguo, de modo que o contexto suspendeu explicitamente a implicação de proferimento, então não sou responsável pelas conclusões que o ouvinte tira da minha declaração, “[...] pois que é unicamente sob ele [o ouvinte] que recai o facto de querer ou não acreditar no interlocutor [...]” (*MS*, AA06: 238 | Kant, 2017, p. 56).

Tal como Kant, Chisholm e Feehan (1977, pp. 149-150) sublinham que, para mentir, não preciso declarar diretamente minha intenção de expressar meus pensamentos. Conforme os autores, “[...] parece claro que, embora o orador pretenda ser levado a sério, ele não precisa

¹⁵ Importante notar que a declaração de honestidade é sempre feita em juízo ou implícita num juízo definido pelo contexto normal de fala.

¹⁶ A mentira para uma criança é um exemplo específico de uma mentira que não depende de uma declaração de honestidade. A criança pode acreditar na mentira sem pressupor que o outro acredite no que declara.

declarar ou afirmar que o que ele diz é para ser levado a sério” (Chisholm e Feehan, 1977, p. 151, tradução nossa). É relevante observar que uma declaração mentirosa pode não comunicar explicitamente a intenção do mentiroso, embora, em geral, o ato de proferir enunciados sugira a implicação de proferimento, indicando que os proferidores acreditam nos enunciados. A questão sobre como e em quais condições declaramos que estamos expressando nossos pensamentos, como deixamos claro essa intenção de honestidade, indica que essa declaração não só pode ser feita diretamente pelo mentiroso, mas que é, também, exigida em muitos casos como, por exemplo, em um tribunal. Assim, mesmo que o próprio mentiroso não tenha precedido sua declaração mentirosa com uma declaração direta da intenção de expressar seus pensamentos, todas as situações éticas e legais pressupõem uma declaração de honestidade às declarações em geral, sendo precisamente essa implicação de declaração de honestidade que distingue as declarações de meras expressões.

Esse compromisso com a honestidade, implicitamente presente nas declarações do mentiroso, é explícito em situações de questionamentos diretos, tanto em contextos éticos quanto jurídicos. Nesses contextos, se a pessoa se compromete com uma resposta à pergunta, é exigido que ela observe a implicação de proferimento, pois o ouvinte está autorizado a interpretar qualquer declaração como a crença de quem a profere, constituindo, desse modo, o dever de observar a seriedade das situações (*MS, AA06: 429 | Kant, 2017, p. 359*).

Cabe notar, no entanto, que geralmente o mentiroso se utiliza precisamente da implicação de proferimento feita pelo ouvinte. O mentiroso indica que está disposto a expressar os próprios pensamentos, com a intenção de que o ouvinte compreenda qualquer declaração como a crença de quem a declara. Entretanto, não declarar diretamente a intenção de expressar os próprios pensamentos não inocenta o mentiroso da imoralidade da sua mentira, visto que ele permite que o ouvinte faça uma inferência orientando-se na exigência de honestidade imposta pela situação. Denominamos, para fins elucidativos, como “exigência de honestidade” o grau de comprometimento com a sinceridade nas declarações definidas pelo contexto. Isto é, se o contexto estabelece a veracidade como pressuposição para a comunicação ou se não há essa exigência. Dessa forma, em uma peça de teatro, na qual não há uma exigência de que o que é expresso seja veraz, as expressões inverídicas não constituem uma mentira, por não terem que satisfazer uma exigência de veracidade imposta pela especificidade da situação. De outro modo, algumas situações exigem a veracidade, impondo-as aos agentes, enquanto outras não se preocupam com a condição epistemológica da performance que as constitui.

A partir disso, podemos inferir que Kant nega que a organização das malas seja uma declaração de que se pretende viajar, pois nesse caso nem o dono da mala, nem o contexto na qual ele se encontra garantiam que o sujeito pretendia viajar. E, além disto, o contexto não exigiu nenhuma declaração do dono da mala. Se um observador acredita que alguém viajará por observar essa pessoa fazendo as malas, o erro de sua observação não se deve a uma mentira, mas a uma evidência insuficiente: poderia ser o caso da pessoa estar organizando roupas para doação, ou simplesmente estar mudando de residência. O mesmo ocorre com o caso de John Law: a mera construção da casa não constitui uma declaração, pois não compromete John Law com a declaração da própria intenção. Se John Law, diferentemente, declarar a construção da casa ao tribunal, como uma indicação de que ele permanecerá no país, de modo a sustentar a promessa de que pagará a dívida aos credores, a construção da casa seria uma declaração jurídica, de modo que John Law poderia ser responsabilizado por uma mentira. O ponto que Kant ressalta, no entanto, é que a mera construção de uma casa não constitui, por si só, uma declaração. O mesmo não ocorre necessariamente, no entanto, com os casos descritos por Mahon (2015, p. 3), em que ao vestir um uniforme de policial ou uma aliança, estou fazendo uma declaração. No primeiro caso, em que visto um uniforme de policial, posso ou não estar mentindo: se estou em uma festa à fantasia ou em uma peça de teatro, por exemplo, a situação não me impõe uma declaração de honestidade sobre minha profissão ou autoridade civil (posso, de fato, ser policial e atuar em uma peça de teatro como policial, mas a situação não exige qualquer declaração sobre isso). O caso é bem diferente se visto um uniforme de policial com a intenção de que alguém acredite que essa é a minha profissão e autoridade civil, aproveitando-me dos pressupostos presentes em outro tipo de situação. Estou, neste caso, claramente fazendo uma declaração de honestidade, a partir da qual possibilito minha mentira. O mesmo ocorre com o uso da aliança: ela pode ou não indicar uma declaração de honestidade (não indica em um teatro, mas pode indicar em situações cotidianas).

Sobre a delimitação das declarações mentirosas, Chisholm e Feehan indicam que, quando o mentiroso (M) declara p para o ouvinte (O): (i) o mentiroso “[...] acredita que existe uma expressão E e uma linguagem S tal que um dos usos padrão de E em S é o de expressar a proposição p [...]” e (ii) o mentiroso M pronuncia E com a intenção de fazer com que O acredite que ele pretendia pronunciar E nesse uso padrão (1977, p. 150, tradução nossa). Enquanto a cláusula (i) se refere às crenças que o mentiroso tem em relação às capacidades da linguagem, isto é, a crença de que a linguagem o possibilita declarar o que ele pretende, a cláusula (ii)

considera as crenças do mentiroso na capacidade do ouvinte em identificar o uso que ele pretende fazer da linguagem.¹⁷ Expressar uma ideia, entretanto, não é suficiente para mentir. Conforme Chisholm e Feehan (1977, p. 150), as declarações mentirosas diferem de outras formas de engano intencional por *afirmar* ao menos uma forma de falsidade, a saber: a falsidade quanto à declaração da crença. Isto é, as declarações mentirosas pressupõem que o ouvinte considere que o mentiroso está expressando uma opinião com a qual o mentiroso concorda. Conforme isso, a especificidade das declarações mentirosas em Kant é de que, conforme a cláusula (i), a expressão E afirme algo e que, conforme a cláusula (ii), o ouvinte esteja autorizado a inferir que a expressão E declare a crença de quem a profere.

De modo sucinto, a comunicação tem o fim de contribuir para o conhecimento humano e, para isso, devemos confiar na capacidade intelectual das pessoas, pois há um dever de respeito em relação ao ser humano no uso lógico da razão (*MS*, AA06: 463 | Kant, 2017, p. 415). Devemos, desse modo, reconhecer que elas são capazes de analisar racionalmente um enunciado, implicando que o que elas declaram é o que elas acreditam, precisamente porque elas são capazes de refletir sobre o que declaram. Dessa forma, há uma implicação de proferimento que orienta a comunicação e, ao propor uma declaração, deve-se observar essa implicação. Os contextos éticos e jurídicos não só pressupõem, mas exigem ativamente a observância dessa implicação, isto é, de que qualquer declaração que se faça expresse o que se pensa. No entanto, há expressões que são irrelevantes tanto para a ética quanto para o direito, porque o contexto já deixou claro que não se deveria levar nada do que estava sendo dito a sério. Em outras palavras, há expressões permitidas simplesmente porque não possuem a exigência de honestidade. O limite para essa permissão é que, caso o contexto seja ambíguo e o ouvinte tome a expressão como uma declaração do pensamento do outro, sendo lesado pela falsificação, o proferidor pode ser responsabilizado juridicamente por uma mentira, pois se utilizou da ambiguidade da situação para desrespeitar o direito de outrem, enganando-o. Desse modo, Kant estabelece que não esclarecer a intenção ou o tom de uma declaração não absolve ninguém das responsabilidades sobre uma mentira em situações formais. Nestes casos, onde a honestidade é inerentemente esperada, tais subterfúgios e ambiguidades são especialmente problemáticos, porque contam precisamente com a implicação de honestidade, imposta pela situação, para enganar. Entretanto, como a honestidade é posta indiretamente, o mentiroso pode

¹⁷ Isenberg (1964, p. 467) denomina de “credibilidade do ouvinte”.

tentar se abster da própria responsabilidade, negando que tenha feito uma declaração de honestidade. Kant estabelece, no entanto, que isso não deveria ser reconhecido, visto que o mentiroso estava ciente do perigo da ambiguidade sob a qual sujeitou a interpretação dos ouvintes (*V-Mo/Vigil*, 27: 702, Kant, 1997, p. 428).

Do que foi dito, segue-se que a condição de declaração,¹⁸ afirmada por Kant para a mentira, não se refere apenas a uma mera declaração, mas, antes, que a declaração sobre *p* é feita sob a implicação da intenção de expressar os próprios pensamentos (*V-Mo/Collins*, AA27: 447 | Kant, 1997 p. 201). Essa implicação incita uma confiança na comunicação, de modo que Kant afirma que o mentiroso quebra essa confiança e impossibilita que as pessoas possam ter qualquer proveito do uso público da razão, pois não poderiam confiar no comprometimento de pessoas que declaram o que não creem. Kant afirma que

Toda mentira é objetável e merecedora de desprezo, pois ao declararmos que estamos comunicando nossos pensamentos ao outro e deixarmos de fazê-lo, violamos o *pactum* e agimos contrariamente ao direito da humanidade (*Idem*, AA27: 448 | *Idem*, pp. 203-204, tradução nossa).

Nessa passagem, Kant procede à condenação das mentiras, afirmando que a mentira é a quebra de um pacto que sempre viola um direito da humanidade. Kant descreve esse pacto como um companheirismo entre os humanos na comunicação, a partir do qual cada um poderia contribuir para o conhecimento do outro. Ele afirma que,

O companheirismo entre os homens é apenas a segunda condição da sociabilidade; mas o mentiroso destrói esse companheirismo e, por isso, desprezamos o mentiroso, já que a mentira impossibilita que as pessoas obtenham qualquer benefício do que ele tem a dizer (*Idem*, AA 27: 444 | *Idem*, pp. 201, tradução nossa).

3 – MENTIRA E ENGANO

A literatura acerca da definição de engano apresenta um amplo debate sobre a relação entre engano e mentira. Acerca disto, discute-se também se haveria mentiras não intencionais.¹⁹ Quanto a essa questão, no entanto, apresentamos anteriormente que a filosofia de Kant indica a centralidade da intenção de enganar para a tipificação da mentira, e que somente a partir desta condição somos capazes de diferenciar a mentira do erro. Sobre a primeira questão, no entanto,

¹⁸ Para a discussão sobre a condição de declaração para a mentira em outros autores, cf. Mahon (2015).

¹⁹ Cf. Lackey (2013) e Sorensen (2007).

precisamos analisar se e como as outras formas de engano coincidem com as condições necessárias para a definição da mentira. Além disso, cabe investigar se toda intenção de enganar é moralmente condenável, tal como a mentira.

As *V-Mo* e as *V-MS* apresentam a relação entre mentira, dissimulação e simulação. Conforme Kant, “o homem tem um impulso para se conter e se disfarçar. O primeiro é a *dissimulatio*, o segundo é a *simulatio*. O homem se retém em relação às suas fraquezas e transgressões, e também pode fingir e adotar uma aparência” (*V-Mo/Collins*, AA27: 445 | Kant, 1997, p. 201, tradução nossa). Essas distinções são retomadas nas *V-MS*: “[...] (a) *dissimulando*, ou seja, negativamente, quando não revelamos ou permitimos que seja visto o que estamos pensando [...] (b) *simulando*, quando, ao fabricar o oposto, tentamos ocultar um erro da parte do outro” (*V-MS/Vigil*, AA27: 700 | Kant, 1997, p. 426, tradução nossa).

Conforme isso, Kant descreve como simulação todo fingimento intencional, enquanto a dissimulação corresponde à ocultação das próprias intenções, que pode ou não ser permitida. Desse modo, analisamos a seguir a relação entre mentira e simulação e, em seguida, a relação entre mentira e dissimulação.

3.1 – Mentira e Simulação

Na análise de Kant, a mentira e o engano são conceitos relacionados, mas distintos. Apesar de ser um dos modos de enganar, a definição de mentira em Kant não inclui o êxito da pretensão enganosa. O ponto central é a inveracidade sob uma intenção de enganar, independentemente do efeito que isso terá sobre o ouvinte. Por outro lado, o sucesso do engano depende da recepção e crença da outra pessoa, enquanto a mentira independe do convencimento do ouvinte.

Tendo descrito essa diferença entre mentira e engano, a descrição de simulação nos auxilia na análise dos pontos de coincidência entre a mentira e outras formas de engano. Kant afirma que “[...] simulação só pode ser inadmissível, no entanto, quando uma pessoa dá sinais indicativos de pensamentos que não tem, e assim se torna *autor errores* na outra” (*V-MS/Vigil*, 27: 700 | Kant, 1997, p. 426, tradução nossa). Cabe analisar se, por não tipificar necessariamente declarações mentirosas, a simulação descreve apenas os casos em que se finge sem, no entanto, fazer uma declaração de honestidade.

Precedente a isto, no entanto, a distinção entre *falsiloquium* e *mendacium* indica a diferença entre simulação e erro. Tal como o erro difere da mentira por não ser deliberado, a intencionalidade da simulação a difere também do erro. Assim, coloca-se a intencionalidade como critério para todas as formas de engano. Essa intencionalidade se refere, especificamente, à consciência da falsidade que se declara, enquanto o erro é definido pela crença em algo falso. Isto é, trata-se de distinguir entre uma crença falsa e a crença em algo falso. A simulação é definida, assim, pelo fingimento deliberado em tomar o falso pelo verdadeiro sem, no entanto, possuir necessariamente a intenção de enganar, tal como na mentira. Entretanto, nota-se que, tal como na mentira, a simulação, como o engano em geral, também envolve uma inveracidade. Apesar disto, no entanto, é importante destacar que há formas de enganar também pela veracidade, tal como no caso descrito por Kupfer:

Suponha que me perguntem se espero participar de uma reunião amanhã e eu responda: 'Não, estou indo para Chicago amanhã'. Embora eu esteja indo para Chicago amanhã, minha partida não interfere de forma alguma com a participação na reunião: eu poderia facilmente fazer as duas coisas. O autor da pergunta, de forma bastante razoável e simples, 'preenche' o fato de que a partida interferiria na participação na reunião e infere a falsa crença de que a participação é impossível porque estou saindo da cidade. Ele acha que estou oferecendo um motivo quando, literalmente, apenas coloquei a declaração sobre sair da cidade ao lado da minha resposta negativa (1982, pp. 115-6, tradução nossa).

Essa dinâmica linguística é designada pelo termo *palter* (Schauer e Zeckhause, 2009, *apud* Mahon 2015, p. 6) ou como uma tentativa de enganar (Saul, 2012; Webber, 2013 *apud* Mahon 2015, p. 6) ou, ainda, como uma fraude linguística não mentirosa (Fried, 1978, p. 68 *apud* Kupfer 1982, p. 114). Tanto o termo *palter*, quanto a mera intenção de enganar e a fraude linguística não mentirosa, doravante designado apenas por *palter*, descrevem a casuística na qual o ouvinte é induzido ao erro por uma declaração verídica: trata-se de se esquivar da sinceridade da resposta a uma pergunta, induzindo o ouvinte ao erro por meio da seleção de declarações verídicas convenientes, de modo a fazer com que o ouvinte acredite que foi uma resposta clara e direta ao questionamento.

Kupfer (1982, pp. 115-6) indica que a situação descrita anteriormente descreve uma mentira indireta ou elíptica, escapando, no entanto, do rótulo do mentiroso por um mero detalhe técnico, a saber: não satisfaz a condição de inveracidade. Apesar de haver uma afirmação que sugere que o interlocutor acredita em algo que o declarante toma por falsidade (que ir a Chicago é incompatível com ir à reunião), em nenhum momento se faz uma declaração inverídica como

na mentira. Mahon acompanha Kupfer nesta delimitação do conceito de mentira, afirmando que “se uma pessoa faz uma declaração verídica com a intenção de enganar outra pessoa, então ela não está mentindo, de acordo com a condição de inveracidade” (Mahon, 2015, p. 6, tradução nossa).

Essa dinâmica retoma a sugestão proposta por Kant, na *V-Mo*, para evitar a declaração de uma verdade incômoda (*V-MS/Vigilantus*, AA27: 700 | Kant, 1997, p. 427). Como indica Kant, um subterfúgio para evitar uma resposta direta a uma questão posta em uma situação social seria possível “[...] através de uma viragem inesperada da conversa para desviar os outros numa direção em que permaneça duvidoso qual será o meu verdadeiro ou ostensivo julgamento” (Ibidem, tradução nossa). Este subterfúgio, descrito por Kant, corresponde à ambiguidade moral como um modo de enganar. Conforme Kant, “*aequivocatio* é permitida, para reduzir o outro ao silêncio e livrar-se dele, para que não tente mais extrair a verdade de nós, se ele vir que não lhe podemos dar e que não queremos mentir-lhe” (*V-Mo/Collins*, AA27: 449 | Kant, 1997, pp. 204-5, tradução nossa).

Nem o *palter*, nem a mudança repentina de assunto, sugerida por Kant, constituem uma mentira. Entretanto, ambas coincidem em estabelecer a dissimulação como uma forma de se abster de uma resposta direta. Kant descreve essa dissimulação também como reserva mental, que se utiliza da ambiguidade do contexto (Idem, AA 27: 449 | Idem, pp. 204-205). O *palter* simula uma resposta direta, enquanto o subterfúgio sugerido por Kant se desvencilha da questão para não ter de simular uma resposta agradável. Mas o subterfúgio sugerido por Kant pode também envolver o *palter*. Kant descreve o caso de Menno como um caso de ambiguidade que simula uma resposta direta sem, no entanto, mentir. Como exemplifica Kant,

[...] quando Menno, o líder da seita, estava para ser preso e fugiu de carruagem postal, o mandado de prisão chegou primeiro, em uma das etapas, e o carteiro perguntou a cada um dos passageiros se Menno estava na carruagem. Em vez de mentir, dizendo que ele não estava a bordo, ele perguntou ao seu companheiro se estava sendo perguntado se Menno estava a bordo; mas como este último não conhecia Menno, ele passou despercebido (*V-MS/Vigil*, AA27: 702 | Kant, 1997, p. 428, tradução nossa).

É importante observar, desse modo, que é possível realizar uma simulação por meio de uma declaração verídica, como demonstrado no caso do *palter*. No entanto, mesmo nessa situação, a simulação ainda envolve um nível de inveracidade, que consiste na tentativa de fazer com que uma informação verídica, mas irrelevante para a questão em discussão, seja percebida como uma resposta direta à questão.

Além de tipificar os exemplos de *palter*, este parece ser também o caso de John Law, citado anteriormente. Como descrito por Kant, “posso fingir e expressar algo, a partir do qual o outro pode deduzir o que eu quero que ele faça [...]” (*V-Mo/Collins*, AA 27: 447 | Kant, 1997, p. 202, tradução nossa). Embora a simulação possa ser semelhante a uma declaração mentirosa, ela não necessariamente envolve uma mentira. Ao contrário da mentira, a simulação não presume obrigatoriamente uma declaração de honestidade e não requer a condição de inveracidade. Portanto, é possível ser inverídico sem ser considerado um mentiroso. No entanto, como mencionado anteriormente, termos como *palter* descrevem casos de simulação com a intenção de enganar. Nesse tipo de simulação, a intenção de enganar é semelhante à encontrada na mentira, mas não envolve necessariamente a inveracidade da declaração, mesmo que ainda declare uma veracidade com a intenção de que o ouvinte a tome como uma resposta direta. Isto é, ainda envolve uma inveracidade quanto à intenção. Nos casos de *palter*, cumpro com a condição de declaração, assim como tenho a intenção de enganar, tal como na mentira. Além disso, também posso, em alguns casos, fazer uma declaração de honestidade. Entretanto, no *palter* não engano mediante uma declaração inverídica, tal como na mentira, mas sim por uma declaração verídica.

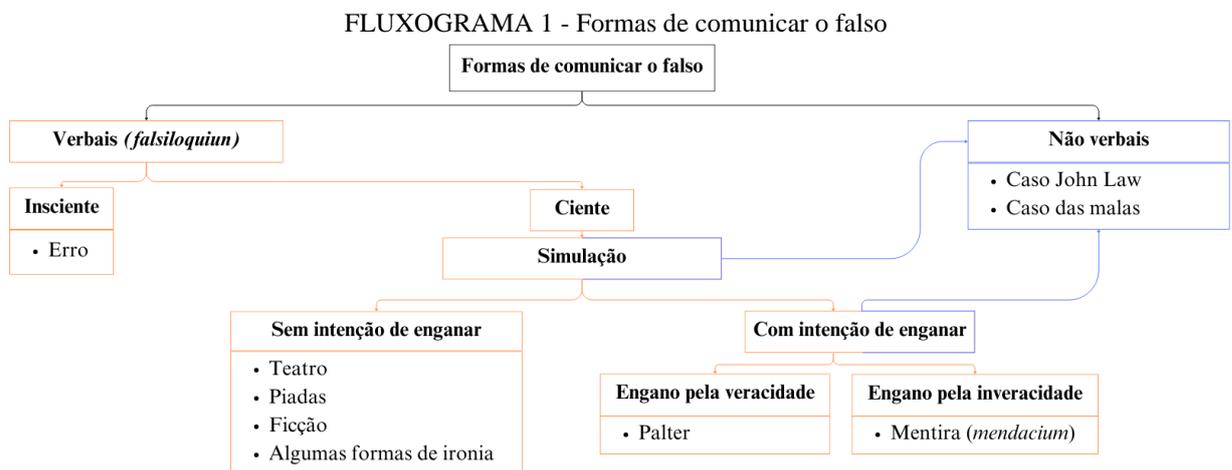
Tanto a simulação quanto a mentira envolvem um nível de inveracidade. No entanto, elas se distinguem quanto à necessidade da declaração inverídica e a intenção de enganar, que não são necessárias para a simulação. Nesta, não há a obrigatoriedade de afirmar honestidade, permitindo que alguém induza outros ao erro sem, no entanto, mentir.

De modo sucinto, há casos de simulação que tipificam casos de engano sem, no entanto, coincidirem com a mentira. Para tanto, a simulação, enquanto fingimento, só é possível mediante declarações inverídicas que não sejam pressupostas pela declaração de honestidade. Isto só pode ocorrer, por sua vez, nos casos de engano em que se satisfazem quase todas as condições para a mentira sem, no entanto, satisfazer todas essas condições: posso simular no teatro, expressando o inverídico sem a intenção de enganar; também posso simular no *palter*, expressando o verídico com a intenção de enganar.

Disto se segue que a centralidade da intenção de enganar por meio da inveracidade, constituinte da definição do conceito de mentira em Kant, indica que as condições abordadas para a mentira são consideradas enquanto conjuntamente suficientes. Desse modo, a mentira não descreve todos os modos de engano, mas é um meio para este. Isto é, a mentira é uma das formas de simulação.

Posto isso, o *falsiloquium* pode ser distinguido em duas formas, a saber: o *falsiloquium* ciente e o *falsiloquium* insciente e, dentre os primeiros, o *falsiloquium* com a intenção de enganar e o *falsiloquium* sem a intenção de enganar. O erro constitui um exemplo de *falsiloquium* insciente, com a crença de que é verdadeiro. Por sua vez, a simulação corresponde ao *falsiloquium* ciente, visto que faz uma declaração pretensamente falsa. Assim, a simulação, como todas as formas de *falsiloquium* ciente, pode ser especificada em dois tipos, a saber: a simulação sem a intenção de enganar e a simulação com a intenção de enganar. A ficção constitui o primeiro tipo. Já a mentira constitui as formas de *falsiloquium* ciente e com a intenção de enganar, de modo a simular o verídico pelo falso, transformando o *falsiloquium* em *mendacium*

O teatro, algumas formas de ironia e as piadas tipificam as simulações não-enganosas, enquanto a especificidade da mentira está em constituir uma simulação com a intenção de enganar. É a partir dessa intenção, novamente, que podemos diferenciar o erro da simulação. Enquanto o erro é geralmente um equívoco ou uma falha não intencional (insciente), a simulação envolve uma ação deliberada. Uma pessoa que finge tem ciência da inveracidade do seu fingimento. E, como foi abordado, quem finge pode ou não estar expressando sua verdadeira intenção. O Fluxograma 1, a seguir, apresenta essa estruturação das formas de comunicar o falso.

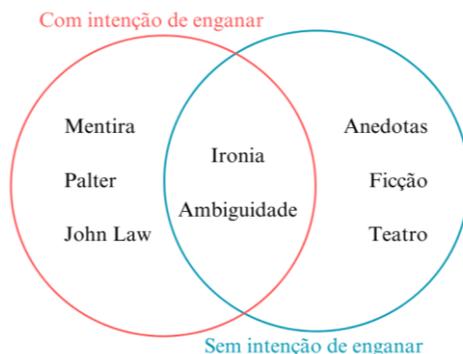


FONTE: os autores (2024).

Resumidamente, a mentira, segundo Kant, é definida pela intenção de enganar. A simulação, por outro lado, pode ou não envolver essa intenção. Ambas, a mentira e a simulação, envolvem inveracidade, mas diferem quanto à declaração de honestidade e quanto ao nível da

inveracidade (uma inveracidade na declaração ou também na intenção). Enquanto uma mentira pressupõe que o interlocutor está expressando seus verdadeiros pensamentos, a simulação pode ser executada sem essa premissa. A simulação pode ser categorizada de duas maneiras: aquelas sem intenção de enganar, como na ficção; e aquelas com a intenção de enganar, como a mentira e o *palter*. Apresentamos essas distinções no Diagrama 1.

DIAGRAMA 1 - Diferentes formas de simulação, conforme a intenção de enganar



FONTE: Os autores (2024).

O erro, em contraste, é não-intencional e insciente, diferentemente da simulação, que envolve uma ação ciente e deliberada. É importante notar que, tal como ilustrado no Diagrama 1, nem todos os atos enganosos são considerados mentiras, bem como existem formas de simulação que não envolvem engano. Casos como o das malas e o de John Law representam formas de simulação com a intenção de enganar que, no entanto, não são mentirosas. Embora possam estar sujeitos à coação civil, a coação do dono da mala e de John Law não poderia ser fundamentada na acusação de mentira, mas sim no uso de outras formas de simulação.

3.2 – Mentira e Dissimulação

Tendo examinado as distinções do conceito de simulação e a posição da mentira quanto às formas de engano, analisamos a seguir a relação entre mentira e dissimulação. Trata-se de responder à questão de se há omissões enganosas e, especificamente, se há omissões mentirosas. Kant trata da dissimulação no contexto ético como reticência²⁰ dos próprios pensamentos e, no contexto jurídicos como a omissão de um pensamento que se tinha o dever de declarar.

²⁰ Cabe notar que o termo “reticência” do português compartilha uma ambiguidade com os termos *reticence*, do inglês, e *Zurückhaltung*, do alemão. Esses termos significam tanto uma hesitação em falar, relacionada a dúvidas

Conforme Kant, “o que o homem honesto, mas reticente, diz é verdade, mas não toda a verdade. O que o homem desonesto diz é, pelo contrário, algo que ele sabe ser falso. Tal afirmação é chamada de mentira, na teoria da virtude” (*Br*, AA11: 341 | Kant, 1970, p. 189, tradução nossa). Mahon explica esse trecho de Kant do seguinte modo: “[...] mentir é necessariamente enganador, enquanto a reticência não é necessariamente enganadora” (2006, p. 417, tradução nossa).

Acerca disso, no entanto, a reticência parece ser apenas uma das formas da dissimulação. Essa sutil distinção pode ser percebida quando analisamos a imoralidade que pode ser atribuída a algumas formas de dissimulação. Ao contrário, Kant afirma que a reticência é permissível na ética e até mesmo aconselhável. Na *Anth* Kant descreve a reticência como uma inclinação da natureza humana a fim de evitar que se permita que pessoas mal intencionadas se utilizem da nossa franqueza para nos causar algum mal. Conforme Kant,

[...] faz, pois, parte da composição original de uma criatura humana e do seu conceito de espécie espreitar os pensamentos alheios, mas conter os seus, qualidade polida que não deixa de progredir gradualmente da *dissimulação* até o *engano* premeditado e, finalmente, até a *mentira* (AA07: 332 | Kant, 2006, p. 226, itálico no original).

Diferentemente da reticência, a qual é uma forma de dissimulação permissível na ética, Kant indica, na *V-MS/Vigil*, que há outras formas de dissimulação que podem enganar. Conforme Kant, “o primeiro [a dissimulação] engana (*fallit*), mas o último [a simulação] se esforça para se tornar o autor do erro em relação a outro [...]” (*V-MS/Vigil*, AA27: 700 | Kant, p. 426, tradução nossa). A relevância desse trecho acerca da dissimulação é que, apesar de estar presente nas formas de engano, a dissimulação pode também ser utilizada para enfatizar a verdade e evitar um mal. A dissimulação para promover a verdade encontra-se no cuidado em evitar mentiras por cortesia, para que o meu ouvinte não a tome como verdade. Já a reticência corresponde precisamente aos casos em que oculto meu pensamento para que eles não sejam usados contra mim.

Além disso, diferentemente da reticência, outras formas de dissimulação incluem a inveracidade, como nos casos descritos de *palter*. A dissimulação pode não só se relacionar com a simulação como também, especificamente, com a mentira. A partir do trecho exposto da

ou incertezas sobre o que dizer, quanto uma reserva dos pensamentos por preferir dizer apenas o necessário. Kant, no entanto, geralmente usa o termo *Zurückhaltung* no segundo sentido (*Anth*, AA07: 332 | Kant, 2006, p. 226).

Anth, vê-se que a relação entre mentira e dissimulação é intermediada pela intenção de enganar. Nesta passagem, Kant indica que, apesar de haver formas não enganosas de dissimulação, tal como a reticência, a dissimulação é pressuposta por todas as formas de simulação, especificamente, pela mentira. Isto se torna claro quando descrevemos a imoralidade da mentira como a *ocultação* das próprias intenções, por meio da inveracidade. Isto é, toda mentira, para ser viável, precisa *esconder* a real intenção. De modo que a especificidade da dissimulação na mentira é que toda mentira corresponde a uma simulação do que se pensa, sob a dissimulação das verdadeiras intenções.

Por sua vez, a especificação da reticência como uma das formas de dissimulação nos auxilia na análise da questão quanto às possibilidades de omissões mentirosas. Como elucida Mahon, “ser reticente implica abster-se de fazer uma ou mais afirmações que se acredita serem relevantes para uma determinada troca, de tal forma que se está sendo menos informativo do que a norma comunicativa de ser informativo” (2006, p. 428, tradução nossa). Mahon nega a possibilidade de uma “reticência mentirosa”, pois a reticência define-se precisamente por ser uma não-declaração (não satisfaz, portanto, a primeira condição para a mentira em Kant) (2003, pp. 104-3). A reticência para Kant não trata de não declarar o que se esqueceu, mas de não declarar o que se está pensando. Entretanto, enquanto a reticência tem uma conotação ética, isto é, de que se é reticente com a intenção de evitar um mal, o conceito de omissão enfatiza apenas o não-falar, sem incluir, conceitualmente, o que se objetiva com a omissão. Além disso, enquanto Kant utiliza o termo reticência em contextos da ética, o termo omissão aparece em contextos jurídicos.²¹ Posto isso, a reticência é a reserva de pensamentos que não se tem o dever de declarar, enquanto a omissão jurídica sempre envolve o descumprimento de um dever.

Além disso, a omissão pode ser interpretada como o modo específico de dissimulação presente na mentira. Isto é, ela é a ocultação do que se tem o dever de comunicar. É nesse sentido que Kant afirma que “as transgressões são sempre omissões, e as comissões são sempre ações que entram em conflito com a lei moral — são violações da mesma” (*V-Mo/Mron II*, AA29: 615 | Kant, 1997, p. 235, tradução nossa). Isto é, juridicamente a omissão é uma transgressão não porque mente, mas porque se deixa de expressar integralmente o que se pensa, tal como se deveria (*MS*, AA06: 430 | Kant, 2017, p. 360).

²¹ Cf. *MS*, AA06: 228 | Kant, 2017, p. 39.

Por conseguinte, a dissimulação pode ou não envolver a intenção de enganar. Conforme Mahon,

[...] dissimulação (ocultação, reticência), isto é, não fazer intencionalmente uma declaração, o que pode não envolver engano; engano, que pode envolver manter-se em silêncio com a intenção de que algo falso seja acreditado como verdadeiro, isto é (engano por omissão), e portanto, que pode não envolver mentira; e finalmente, mentira (Mahon, 2009, p. 204, tradução nossa).

Desse modo, um ponto importante destacado por Mahon é que a reticência pode descumprir um dever de franqueza, mas não um dever de veracidade (2003, pp. 104-105). O primeiro é o dever de comunicar tudo o que se sabe sobre um assunto. O segundo é o dever de ser honesto nessa declaração. Diferentemente do “dever de franqueza”, indicado por Mahon, o dever de veracidade não prescreve que se diga toda a verdade, mas apenas que se seja sincero no que se propôs comunicar. Acerca disso, Kant não estabelece um dever de franqueza, mas um dever de veracidade.

CONCLUSÃO

Acerca das condições para a definição de mentira na obra de Kant, destaca-se relação crucial entre a implicação de proferimento e a declaração de honestidade no cumprimento da condição de declaração. Além disso, cabe destacar que Kant restringe a permissibilidade de declarações inverídicas aos casos irrelevantes para o direito, onde as declarações não causam danos ao arbítrio do outro, bem como em contextos que suspendem explicitamente a declaração de honestidade, tal como em peças de teatro. Cabe notar, no entanto, as disputas acerca da permissibilidade das chamadas mentiras brancas ou mentiras por cortesia. Tais disputas discutem precisamente sobre o dever ou não em observar a implicação de proferimento, isto é, discute-se se as mentiras brancas constituem, de fato, uma mentira, dada a ambiguidade da situação. Por conseguinte, ao contrário de Mahon (2003) mantemos a condição de destinatário para a definição de mentira por Kant, pois ela é relevante para a discussão acerca da permissibilidade da mentira para um agente do governo, como um policial ou, ainda, a mentira no uso público e privado da razão. Além disso, Kant sempre considera o destinatário da mentira no contexto do direito privado, analisando se quem nos questiona tem o direito de nos coagir, de modo que sejamos sinceros. Não se trata de defender que Kant relativiza o dever de

veracidade em função do destinatário, tal como faz Constant.²² Trata-se de indicar a relevância do destinatário para a eticidade e a legalidade.

Por conseguinte, defende-se a centralidade da condição de intencionalidade na filosofia prática de Kant, uma vez que é a imoralidade da intenção que desrespeita a dignidade do agente e o conduz à inveracidade, de modo que a real intenção é sempre o referencial de toda mentira. Acerca disso, é crucial reconhecer a distinção de dois níveis distintos de inveracidade, a saber:²³ Inveracidade quanto ao *pensamento* (1), que pode ocorrer de dois modos: (1a) Quanto ao valor de verdade da referência da minha proposição, isto é, quanto a avaliação da verdade ou falsidade do conteúdo da proposição que está sendo expressa: indico que *p* é verdadeiro mesmo que pense o contrário; (1b) inveracidade quanto à posição epistemológica (opinião, crença ou conhecimento) da minha proposição: posso mentir indicando uma crença como conhecimento, ou vice-versa, assim como posso mentir sobre ter ou não uma crença sobre *p* (posso simular conhecimento sobre algo do qual sou completamente ignorante).²⁴

Inveracidade quanto à minha *intenção* (2), e neste nível a inveracidade pode se dar de duas formas: (2a) simulo uma intenção moral (verídica) dissimulando minha real intenção (inverídica) e (2b) quanto à factualidade da intenção declarada (da declaração de honestidade), a inveracidade da declaração da minha intenção envolve também uma falsidade, precisamente porque a intenção declarada não é factual na minha vontade.²⁵

Acerca disso, Isenberg (1964, p. 468) destaca a dificuldade de definir a mentira com base na intenção, devido à ambiguidade presente em algumas delas. Ele sugere que a imprecisão dos “graus de intenções” pode tornar desafiador descrever uma mentira, considerando a falta de clareza na factualidade das intenções, em comparação com a precisão na descrição do que é ou não é.

Entretanto, de modo análogo à mentira sobre a posição epistemológica da crença, a imprecisão da minha intenção ainda constitui uma mentira, se declaro como certa uma intenção

²² Para a crítica de Constant a Kant, cf. Constant (2002).

²³ Note-se a palavra distinção, e não diferenciação: não se trata aqui de definir modos que se contrapõem (ao contrário, ambas coincidem), mas sim distinções relevantes para elucidar as diferentes nuances da imoralidade da mentira.

²⁴ Em 1a declaro o contrário do valor de verdade de *p*, em 1b declaro o contrário do grau de conhecimento que atribuo a *p*, bem como posso declarar algo sobre o qual não pensei. Além disso, uma mentira pode sintetizar as duas formas de inveracidade do pensamento. Como no caso em que sou ignorante sobre um assunto, mas declaro que ele é um conhecimento e também declaro que o valor de verdade dele é o contrário do que eu suponho.

²⁵ Em 2a simulo uma boa vontade dissimulando minha perversão. Em 2b simulo uma certeza que ainda não possuo. Também essas duas formas podem coincidir em uma única mentira. Além disso, 2a estão presentes em todos os tipos de mentira, definindo esta e a diferenciando do erro e outras formas de engano.

que me é incerta. Por exemplo, se declaro a um companheiro(a) a intenção de casar, quando isso ainda me é incerto (ainda não sei, por exemplo, se minha motivação se origina dos sentimentos que tenho por ele ou se, na verdade, minha pretensão decorre meramente da pressão social e familiar). Esse caso constitui uma mentira precisamente porque, ao declarar ter certeza de uma intenção quando ela me é incerta (a intenção declarada não corresponde à factualidade da minha vontade, constituindo uma falsidade), precisamente por isso há uma inveracidade quanto à declaração da minha intenção.

A mentira descreve precisamente os casos em que, quanto à factualidade da intenção na vontade, a intenção factual (real) é sempre diametralmente oposta à intenção declarada explicitamente, ou implicada pelo ouvinte: ao declarar a intenção, o mentiroso simula uma intenção moral, mas que visa usar o outro como mero meio, como se respeitasse a humanidade do ouvinte. A mentira envolve, assim, uma discrepância fundamental entre o que é afirmado externamente e o que é verdadeiro internamente, criando uma divergência deliberada entre a intenção real e a intenção declarada pelo mentiroso, ou inferida pelo ouvinte. O mesmo pode não ser o caso quanto à inveracidade do pensamento: posso mentir sobre algo que, quanto à factualidade, é verdadeiro (mas não o sei) e, portanto, há uma coincidência (não ciente) entre a factualidade e a declaração mentirosa.

REFERÊNCIAS

CONSTANT, Benjamin. Das reações políticas. In: PUENTE, Fernando R. (Org.). *Os filósofos e a mentira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Departamento de Filosofia – FAFICH/UFMG, 2002a.

DRETSKE, Fred I. *Seeing and Knowing*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

FRIED, Charles. *Right and Wrong*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

ISENBERG, Arnold. Deontology and the Ethics of Lying. *Philosophy and Phenomenological Research*. 24 (4), 1964, pp. 463-480.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. 3ª ed. Tradução, Apresentação e Notas de José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

_____. *À Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008b.

_____. *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático*. Trad.: Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad.: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. *Gesammelte Schriften*. Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin, 1900.

_____. *Lectures On Ethics*. Trad.: Peter Heath. Cambridge: University Press, 1997.

_____. *Philosophical correspondence*. Trad.: Arnulph Zweig. 2º ed. Chicago: The University Chicago Press, 1970.

_____. *Sobre o fracasso de toda tentativa filosófica na teodiceia*. Tradução, comentários e notas de Joel Thiago Klein. Stud. Kantiana 19: dez. 2015, pp. 153-176.

_____. Kant versus Constant: sobre um suposto direito de mentir. In. *Studia Kantiana*, v. 16, pp. 95-126, 2018.

KUPFER, Joseph. The Moral Presumption against Lying. *The Review of Metaphysics*, vol. 36, no. 1, 1982, pp. 103–26.

LACKEY, Jennifer. Lies and Deception: An Unhappy Divorce. *Analysis*, 73: 236–248, 2013.

MAHON, James E. A Definition of Deceiving. *International Journal of Applied Philosophy*, 21 (2):181-194, 2007.

_____. Kant and Maria von Herbert: Reticence vs. Deception. *Philosophy*, vol. 81, no. 317, 2006, pp. 417–44.

_____. Kant on Lies, Candour and Reticence. *Kantian Review*, 7:102-133, 2003.

_____. *The Definition of Lying and Deception*. Ed. Edward N. Zalta. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2015.

_____. The Truth About Kant on Lies. In: MARTIN, Clancy (ed.). *The Philosophy of Deception*. Oxford Academic, 2009.

NAVARRO, Ignacio Q. Who Can Lie to a Robot? Roboethics and Categorical Imperative. *TECHNO REVIEW. International Technology, Science and Society Review - Revista Internacional De Tecnología, Ciencia Y Sociedad*, 3(1), 1–13, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. *O muro*. Tradução de Alcântara Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAUL, Jennifer. *Lying, Misleading, and What Is Said*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SCHAUER, Frederick; ZECKHAUSE, Richard. Paltering. In: HARRINGTON, Brooke (ed.). *Deception: From Ancient Empires to Internet Dating*. Stanford: Stanford University Press, 2009, pp. 38–54.

SCHWARZ, Wolfgang. Kant's Refutation of Charitable Lies. *Ethics* 81 (1):62-67, 1970.

SORENSEN, Roy. Bald-Faced Lies! Lying Without The Intent To Deceive. *Pacific Philosophical Quarterly*, 88: 251–264, 2007.

WEINRICH, Harald. *Linguistik der Lüge*. Heidelberg: Verlag Lambert Schneider, 1966.

WOOD, Allen. *Kantian Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

I – INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Karine Cristine de Souza Barboza

Licenciada em Filosofia pela UFPR (2020). Mestra em Filosofia pela UFPR (2024). Doutoranda cotutela em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná e Universität Vechta (Alemanha). Pesquisa os seguintes temas: moral, filosofia política e epistemologia na filosofia de Kant. E-mail: karinesouzabarboza@gmail.com

Joel Thiago Klein

Graduado e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (2008), e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012) com estágio de doutorado na *Humboldt-Universität zu Berlin*. Professor de Filosofia Moderna, Ética e Filosofia Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando na graduação e pós-graduação. Também atua como membro permanente na pós-graduação do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jthklein@yahoo.com.br



O conceito de mentira segundo Kant

BARBOZA, K. C. S.

KLEIN, J. T.

II – INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO

Recebido em: 01 de novembro de 2024

Aprovado em: 01 de dezembro de 2024

Publicado em: 26 de dezembro de 2024